O PROCESSO DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE. VISÃO RETROSPETIVA E PERSPETIVAS FUTURAS

Bendito dos Santos Freitas

O DESCOBRIMENTO E A EVANGELIZAÇÃO DA ILHA DE TIMOR

A fase de descobrimento de novas terras e de alargamento do império português no Oriente do globo culminou com a chegada dos portugueses na ilha de Timor para onde foi dirigida, pela primeira vez, uma expedição portuguesa sob o comando de Manuel Abreu em 1512. Anos mais tarde, segundo fontes não confirmadas historicamente, teria aportado um missionário dominicano, Frei António Taveiro em Lifau, no atual enclave de Oé-Cussi. O descobrimento de Timor, contrariamente ao que ocorreu noutras zonas tocadas pelos portugueses, não foi feito pelas armas e por guerreiros portugueses, mas pela divulgação do cristianismo da parte dos missionários.

A presença dos missionários foi antes de tudo motivada pelo anúncio do Evangelho, considerada como a missão principal junto dos reinos de Timor, cujos valores e ritos tradicionais favoreciam o encontro com a mensagem cristã. Verificou-se também, desde o princípio, que os reinos de Timor já dispunham de uma organização social bem estruturada, apesar de não ter havido uma unificação por todo o território. As divisões territoriais eram claras e distintas e sem interferências ou dominação de um régulo sobre o outro. Havia boas relações entre eles através do “barlake”, ou o sistema de trocas em forma de prendas (dote) no âmbito dos casamentos tradicionais entre filhos e filhas dos régulos. Os conflitos entre eles eram principalmente devido à falta de compreensão e entendimento ou a comunicação deficiente no âmbito das cerimónias tradicionais do “barlake” e da

“fetosa-umane”. Esta última representa o espaço de encontro entre membros de famílias estendidas organizado em função de pertença ao critério de doadores e recebedores de bens. A História não registou algo que sugerisse eventuais guerras de dominação de um reino sobre o outro na ilha de Timor e particularmente no que é hoje Timor-Leste.

Podemos dizer, que em modo geral, reinava um clima de mútua tolerância e aceitação entre os vários reinos de Timor. O povo era iletrado, sem conhecimento das letras, mas possuía um modo pensar organizado na administração e na resolução de conflitos. Foi um povo tradicionalmente imbuído de uma cultura de respeito e amor pelos outros.

Foi neste ambiente que a evangelização foi acolhida pelo povo de Timor, desde Lifau à ponta oriental da ilha. Pode-se dizer que o poder “imperial” do colonizador português só se impôs posteriormente no momento em que a evangelização já tinha feito um trabalho importante de humanização religiosa do povo de Timor e da sua conversão ao cristianismo.

Nas pegadas da evangelização, o império português ganhou espaço para o processo de colonização, durante e após tempos de confrontação com a dominação dos holandeses na parte ocidental da ilha e de outras ilhas do arquipélago que hoje constituem a Indonésia.

Como se sabe, o alargamento de grandes impérios no Extremo Oriente foi motivado essencialmente pelas ricas especiarias que aí cresciam abundante e naturalmente, e a madeira do sândalo de Timor, um produto muito procurado naqueles tempos por comerciantes árabes e chineses que precederam os portugueses e os holandeses. Neste sentido, a dominação e a colonização de Timor (Leste) não foi por mero intuito político mas sim, económico. Mesmo assim, deve-se reconhecer que a História demonstra que o caminho percorrido pelo império português foi o do cristianismo, e não o contrário.

PRIMEIROS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE

A educação do povo de Timor-Leste, desde os inícios do descobrimento da ilha, foi feita sob os auspícios dos missionários.

Pode-se colocar a pergunta que consiste em saber como os régu-los de Timor puderam acolher o cristianismo pregado pelos missio-

nários sem conhecer sequer a língua ou o veículo de comunicação e interação? Essa “língua” de comunicação inicial foi principalmente a dos gestos de acolhimento pertencente ao ambiente cultural-tradicional do povo, que resultou na aceitação da religião católica com bases para a futura missionação.

O povo de Timor-Leste foi educado pelos missionários. Eram poucas as escolas de Estado até à década de 60 do século passado. A obra da missionação, incluindo os locais onde os missionários trabalhavam, foram as primeiras escolas ou os primeiros centros de formação cristã e humana. Enquanto os missionários trabalhavam arduamente para a propagação do cristianismo, os administradores do império português, aproveitando do espírito de submissão associado numa forma ou outra ao cristianismo, exploravam as potências do povo para contribuir para o abastecimento da metrópole com os produtos exóticos da colónia, como o sândalo e as especiarias numa contínua luta com outros poderes europeus, nomeadamente a Holanda.

A evangelização e a colonização de Timor-Leste pelos portugueses fez de Timor-Leste uma moeda de duas faces: por um lado a evangelização, levada a cabo pelos missionários, centrava-se na formação cristã e humana do povo; por outro, esse mesmo povo era alvo da crescente presença do poder do império colonial português que impunha condições sociopolíticas, económicas e culturais que dificultavam a formação humana em vários aspectos.

A mesma ambivalência encontra-se no facto de que, por um lado, os centros da evangelização foram centros que reuniam a população para aprender a doutrina cristã. Por outro lado, a educação cristã contribuía a formar uma elite timorense, a começar pelos régulos que iam adoptando gradualmente os valores culturais portugueses ao ponto de aceitar a soberania estrangeira.

Todavia, a absorção destes valores cristãos foi diferente na classe dos régulos e suas famílias e no povo em geral. Esta divergência de absorção dos valores cristãos e culturais fomentou cada vez mais a existência de diferenças entre as diversas camadas sociais presentes no Timor-Leste de hoje. Constituiu-se uma classe de colaboradores da colonização, com os privilégios sociais, políticos e culturais. Em contrapartida, a maioria da população continuou a ser uma classe “desprivilegiada”.

Até aos princípios do século XX, o império português em Timor-Leste, após quase 400 anos de presença e de influência política, não conseguiu criar um sistema de educação formal e integral para o povo timorense.

Em contrapartida, os missionários cuja influência era limitada ao campo religioso e cultural, abriram colégios para formar os professores e catequistas, por exemplo em Díli e em Soibada com vista a apoiar e reforçar a pequena equipa dos missionários. Estes colégios tiveram um grande sucesso, pois, foi a partir daí que muitos formados nesses colégios, foram colocados nas escolas das missões católicas e nos colégios espalhados pelo território de Timor-Leste. Foi também criado na primeira metade do século XX um Seminário para formação dos seminaristas com vista ao sacerdócio. Na década de 60, a formação e a educação nestes centros católicos não só era orientada para a formação sociocultural e religiosa como também para a formação integral da pessoa humana, nas ciências empíricas e humanidades que compõem a educação formal.

Ciente desta nova perspectiva e tentando reagir à mudança dos tempos caracterizada pelo início das guerras coloniais em várias das suas colónias de África, o poder colonial português, nos anos 60 do séc. XX, começou a criar mais escolas formais e concedeu certificações e equivalências às escolas das missões católicas (colégios e Seminário).

O exército português, na mesma altura, cooperou na formação dos timorenses com a criação das escolas fundadas no âmbito da sua ação social nos postos onde estavam implantados os militares. A proliferação da educação formal progrediu suficientemente bem nos anos '70. Notava-se que havia diferenças no processo de aprendizagem entre as escolas das missões católicas, os colégios, o seminário e as escolas do estado colonial português bem como as escolas militares, dependendo da qualidade de formação dos professores e educadores. As escolas católicas, como os colégios e o seminário, mesmo nas áreas mais recônditas do país, proporcionavam uma melhor formação que permitia aos alunos de obter uma melhor proficiência na língua portuguesa. Procurando intensificar o processo de aprendizagem formal e elevar o nível da educação que tinha iniciado, o governo colonial português em Timor (Leste) começou a enviar alguns Timorenses mais qualificados intelectualmente para a então "Metrópole" no início dos anos '70 do século passado, mas a formação destes pioneiros foi

interrompida pelos acontecimentos da Revolução dos Cravos em 1974 e a subsequente guerra civil e a invasão da Indonésia, o que impediu a continuidade do processo de aumento em termos de qualificação de uma sempre crescente camada de timorenses com melhor formação e preparação. Daí resultou a decadência na formação e educação formal e imperou um impasse em todo o processo educacional no país, pelo menos durante um período de 2 anos.

O FIM DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

O período colonial e o processo do desenvolvimento da educação formal em português terminou, na prática, em 1974 com a Revolução dos Cravos. Durante o ano de 1975, o poder colonial português foi reconhecendo progressivamente a liberdade dos países até então colonizados por Portugal, deixando aos povos de cada (ex-) colônia a responsabilidade de determinar o seu futuro como novo país independente. Começou-se com o processo da descolonização e a formação dos partidos políticos em Timor.

A nova era, a da liberdade associada à autodeterminação e independência, foi um sonho para os timorenses, que desejavam, em geral, libertar-se do jugo colonial e encontrar seus próprios meios para definir novas políticas de desenvolvimento do território, começando com a revolução da mentalidade de colonizado, da exploração, da discriminação, do obscurantismo e do analfabetismo, através da educação com métodos pedagógicos simples para a alfabetização das camadas populares.

Foi nesse quadro de fim do “império” português que na até então colônia ou província ultramarina de Timor, se constituíram os partidos políticos com diferentes perspectivas sobre o destino do país. Este processo era parte da descolonização com vista à autodeterminação e independência. A invasão da Indonésia em Dezembro de 1975 veio a interromper e a violar este processo já em curso, privando os timorenses do seu direito à autodeterminação e independência e simultaneamente eliminando qualquer tipo de acesso aos contactos entre Timor-Leste e Portugal e o mundo internacional.

A INVASÃO DA INDONÉSIA E MUDANÇAS NO SECTOR EDUCATIVO

A invasão indonésia colocou num impasse, mais uma vez, o processo da educação. Aproveitando desse impasse, e procurando cimentar o seu próprio poder (estrangeiro) face ao povo timorense unanimemente hostil ao novo poder de ocupação, o ocupante administrou o país e iniciou o processo de tentativa de “absorção” do povo timorense no seio da “grande nação” indonésia. A imposição forçada da língua indonésia pôs fim num modo definitivo à apropriação da língua portuguesa no sistema da educação formal. O principal método usado neste período foi a repressão política e a obrigação de aprender, à força, a língua indonésia como meio de comunicação e de ingresso no sistema educativo em total conformidade com o regime da educação na Indonésia.

O método aplicado, ainda que repressivo, era em certa forma aceitável de um ponto de vista prático, como um meio de operar a transferência de conhecimentos e da ciência para uma juventude timorense até então com um nível de educação formal ainda relativamente limitado. Porém, o principal objectivo do ocupante foi político – cimentar o novo poder e quebrar a resistência do povo timorense à presença do invasor – e não de humanização e dignificação dos timorenses, pois houve sempre tentativas políticas em desviar o povo de Timor-Leste e a opinião pública internacional do facto real relativo à ilegalidade e ilegitimidade da ocupação.

É inegável que o ato político repressivo teve algum êxito dentro do processo da “indonesização” de Timor. A adaptação ao indonésio atingiu facilmente os jovens e as comunidades nas áreas mais afastadas que conviviam com os militares da potência ocupante no seu dia-a-dia. A língua indonésia tornou-se, em poucos anos, comum nos centros de maior concentração da população. Na década de '80, o governo indonésio concedeu muitas oportunidades para o ensino superior nas universidades espalhadas em Java e Bali. Daí resultou que uma terça parte da geração dos anos '70, foi formada no âmbito do sistema sociocultural e linguístico indonésio, tornando-se a língua indonésia predominante no espaço público de convivência diária ainda que os timorenses, e sobretudo os jovens educados no sistema indonésio, rejeitassem a presença invasora da Indonésia. O impacto foi enorme a tal ponto

que Timor-Leste, após quase quinze anos de independência continua a raciocinar dentro das categorias da língua e da mentalidade indonésia, sem nenhuma transição a um novo paradigma.

O período da ocupação indonésia marcou momentos de grande viragem no sector educativo. Apesar da agenda política do invasor ter sido aquela de controlar o território sob o jugo opressivo de Suharto e seus aliados, a educação assumiu uma forma mais coordenada e ampliada, começando do nível nacional aos níveis regional e local.

A metade dos cerca de 60.000 funcionários públicos Indonésios desempenhando funções em Timor-Leste – na então 27^a província, “Tim-Tim” (Timor Timur) – eram professores destinados ao ensino a todos os níveis, desde o básico ao secundário e técnico-vocacional. Abriu-se pela primeira vez em Timor-Leste o nível de ensino superior, com o estabelecimento da Universidade de Timor Lorosae, conhecida como “Universitas Timor – Timur” (UNTIM) e outros institutos superiores, incluindo o Instituto Pastoral da Indonésia (IPI), uma instituição educativa privada administrada pela Igreja local, sob a gestão dos padres da Congregação do Verbo Divino (SVD).

A LÍNGUA PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE

A língua portuguesa foi o instrumento de comunicação e de educação durante os anos do domínio colonial português, até 1975 antes da invasão da Indonésia. Foi nesta língua que se formaram dezenas de líderes timorenses em colégios de grande distinção, como o Colégio de Nuno Álvares Pereira de Soibada, o Colégio Infante Sagres em Maliana, o Colégio de São Francisco Xavier de Dare, Seminário de Nossa Senhora de Fátima de Dare, o Liceu Dr. Francisco Machado em Díli, a Escola Técnica do Comércio e Indústria em Díli, a Escola Canto Resende em Díli para a formação dos professores e mais outras escolas de qualidade dispersas pelo país naquele tempo. Contudo, a língua Portuguesa como instrumento de comunicação e de educação ficou interrompida logo após a invasão da Indonésia em Timor-Leste em dezembro de 1975. A presença da força ocupante obrigou à adoção da língua oficial indonésia como veículo e objeto de ensino. Esta realidade provocou uma mudança brusca de toda a situação educativa em Timor-Leste.

Encarando esta transformação social e política que causou impacto em todo o processo educativo em Timor-Leste, alguns membros muito dedicados e tenazes do clero diocesano de Díli, nomeadamente os padres Leão da Costa e Domingos Morato da Cunha, tomaram a iniciativa de fazer funcionar a então a escola do Externato de São José, como única instituição educativa que apostava no ensino da língua portuguesa como língua de instrução no tempo da ocupação indonésia. A mesma escola teve apoios de educadores da parte dos padres da Companhia de Jesus, notavelmente o Padre João Felgueiras, S.J., e o padre José Alves Martins, S.J. com o apoio de vários outros membros do clero diocesano de Díli. Apesar das dificuldades encaradas, o Externato de São José manteve-se firme na defesa da língua portuguesa como língua de ensino, até sofrer o encerramento forçado em 1992 após o acontecimento sangrento do massacre no cemitério de Santa Cruz, em 12 de novembro de 1991.

PERIODIZAÇÃO INTERGERACIONAL EDUCATIVA EM TIMOR-LESTE

Como resultado de toda esta evolução durante o período da ocupação indonésia, podem-se identificar após a Restauração da Independência, três classes distintas na estratificação da sociedade timorense, em função dos períodos distintos de educação formal e de meios de convivência dos agentes sociais.

Sem discriminar a geração anterior a esta, nota-se que a geração do período de 1945 a 1970 tinha uma formação e educação sociocultural e linguística adquirida diretamente do sistema português. Isto é o resultado de uma longa convivência com a língua, a mentalidade e a cultura portuguesa que influiu enormemente na formação de um sentir comum luso-timorense muito peculiar. Essa predominância não excluiu a convivência e o contacto com o universo simbólico ancestral timorense marcado pela riqueza das suas línguas locais postas em relação uma com as outras através do Tétum como língua franca e do Português. Esta sensibilidade pelo “outro” e o respeito pelas diversas maneiras de pensar tem em si mesma uma nítida influência da maneira cristã de pensar, enformada ao longo do tempo pela ação da Igreja Católica de Timor-Leste, nomeadamente nas suas escolas.

A geração de 1970 a 1990, foi uma geração que sofreu duas transições consecutivas. A primeira transição foi com a Revolução dos Cravos de 1974 e seguidamente, pela agitação e conflitualidade política que concluiu com a invasão de Timor-Leste pela Indonésia no ano seguinte. A primeira transição foi tão rápida, que a implementação dos programas educacionais não teve tempo para amadurecer e ganhar a forma como foi projetada. A segunda transição, mesmo por métodos repressivos, conseguiu ganhar forma e foi implementada no sistema educativo formal construído à imagem e semelhança da potência ocupante. Contudo, paradoxalmente, este sistema de transição foi utilizado pela geração desta época para se infiltrar nas fileiras do inimigo com o fim de melhor o combater, pois o espírito da luta pela independência encarnado pelos jovens formandos era de fazer dos centros de educação, autênticos núcleos de resistência ao invasor e ocupante. Tendo passado por grandes dificuldades, esta geração, hoje em dia predominante, constitui os níveis médios no âmbito social, económico e administrativo do país. Mesmo que as mudanças socioculturais, linguísticas dificultem a esta geração de desempenhar bem a sua função no processo da construção do país, a verdade é que ela demonstrou uma grande capacidade de adaptação e conformação com a nova realidade de um Timor-Leste independente, contribuindo nas diferentes áreas e sectores da vida no desenvolvimento do novo país.

A geração que está mais em causa é a geração atual, de 2000 a 2015. O que se segue pode aplicar-se também às gerações vindouras, se o percurso dos últimos anos não for corrigido! Que será delas, que futuro as espera, dado que o sistema educacional ainda não está estabilizado, normalizado e assente em alicerces metodológicos, pedagógicos e curriculares fortes e seguros, parecendo vítima de um sistemático “experimentalismo” ao sabor da alternância de certas decisões políticas e interferências estrangeiras?

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O USO DAS LÍNGUAS OFICIAIS

É essencial, desde logo, formar os professores – e fazê-lo sem esperar que os resultados sejam imediatos. De pouco serve investir recursos na construção de infra-estruturas, se os professores – peças básicas para garantia de qualidade do ensino – não tiverem uma for-

mação adequada. Grande parte do sucesso da educação nas gerações anteriores deveu-se aos bons professores e aos métodos de ensino, que eram evidentemente conduzidos nas línguas oficiais. A questão fundamental é a boa vontade de aprender e determinação das partes tanto do educador como dos educandos, a trabalharem incessantemente para produzir resultados com bases e objetivos claros.

Mas, antes de tudo, importa uma definição clara da língua a adotar para transmitir os valores de conhecimento de ciência e tecnologia sem pôr em causa a identidade cultural existente. É indubitável que as influências linguísticas provenientes das perspetivas políticas, económicas diferentes incidirão no processo da educação.

A Constituição da nossa República adotou o Tétum e o Português, como línguas oficiais do país, mas a implementação deste preceito constitucional encontra-se atualmente infringida. O sincretismo socio-cultural e linguístico predomina na convivência social, criando uma situação de confusão e desorientação que coloca em perigo o futuro da nova geração a todos os níveis. Parece quase impossível perceber a opção de fundo em matéria de política linguística a servir de base para a educação, a transferência de conhecimentos, a transmissão de ideias e formas de pensamento neste estágio da educação e formação humana e integral desta geração.

Recentemente a política da introdução das línguas maternas nos sistemas de ensino básico foram discutidas no Parlamento Nacional. Uma matéria que causava grandes debates dos parlamentares entre as razões dos “pros e contras” da mesma. Trata-se de querer inserir algumas línguas locais no sistema curricular da instrução primária, ignorando o facto de que o país necessita antes de tudo aplicar com eficácia o bilinguismo Português-Tétum na mais tenra idade dos alunos. Além disso, deve perceber-se que as línguas locais, quer direta ou indiretamente estão praticados nas realidades quotidianas da vivência do povo de Timor-Leste, e faz parte constitutiva do mundo-da-vida (lifeworld) dos timorenses sem perigo de extinção. A opção da introdução das línguas locais, ainda que com melhores intenções, é contraproducente neste período em que o país se esforça para aplicar o bilinguismo oficialmente decretado na Constituição! Uma das razões pode ser também justificada com a heterogeneidade linguística representada em cada município e postos administrativos. Não é apenas falada uma língua local na mesma comunidade. A verdade é que existe

mais de uma língua local falada no seio de uma comunidade. Esta realidade está bem presente em quase todos os municípios e torna-se desafio concreto na adopção de uma língua local aliás língua materna. Como será então a política da escolha de qual língua local para o ensino? E como é a capacitação dos professores nesta língua local adotada? Como são desenvolvidos e produzidos os materiais didáticos nesta língua?'

Reconhecemos de facto as dificuldades registadas ao longo dos últimos anos no desenvolvimento do campo educativo em Timor-Leste particularmente reveladas nos graus de literacia e numeracias básicas. Uma maioria da percentagem das crianças do ensino básico ainda demonstra dificuldades em leitura e aritmética mesmo já nos seus quarto e quinto anos da escolaridade. Este é um factor que exige responsabilidades do governo, principalmente numa decisão radical para começar com um novo ciclo de educação sistematicamente orientada para a intensificação e consolidação dos processos de ensino e aprendizagem no país. Para cobrir estas deficiências é absolutamente fundamental ter uma estrutura docência qualificada, selecionado na base de méritos e competências nos domínios pedagógicos e metodológicos, o domínio do conhecimento científico, o domínio nas línguas oficiais, como também na esfera da ética profissional.

Deve-se igualmente tomar medidas disciplinares acertadas no ambiente escolar, período em que os exercícios didáticos ocorrem, garantindo um fiel cumprimento as regras de ensino, promovendo continuamente o uso das línguas oficiais como instrumentos de ensino; desta forma estamos a promover todos os esforços orientados para a promoção de uma educação de qualidade no seio da sociedade timorense e que gradualmente construímos uma geração certa com futuros líderes certos e intelectualmente equilibrados para garantir a sustentabilidade da soberania nacional. O uso das línguas locais pode servir como elemento complementar para a melhor explicação e clarificação de conteúdos curriculares que necessitam maior aprofundamento, caso o aluno/a demonstre certa preocupação nas referidas matérias.

Neste panorama indefinido, de aparente hesitação permanente sobre o papel das línguas oficiais no sistema de ensino, qual será a responsabilidade das entidades institucionais do Estado e privadas

timorenses no nítido impasse do desenvolvimento do processo educacional neste país? Optou-se por um “laissez faire, laissez passer” que desresponsabiliza? O IV Governo Constitucional liderado por Sua Excelência o Primeiro Ministro Xanana Gusmão estabeleceu várias legislações entre as quais “a Lei das bases de Educação” que constituiu fundamentalmente um elemento legal de referência para o desenvolvimento da política das línguas oficiais de ensino, que não são outras, mas as línguas assim baseadas no artigo 13 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste. O artigo 8 da Lei das Bases da Educação constata o fundamento do uso das línguas oficiais de ensino como o Português e o Tetum.

Perante as circunstâncias actuais em que cresce a ambiguidade da implementação destas políticas, cabe a todas as entidades institucionais públicas, religiosas e privadas, e de forma específica às instituições do Estado Soberano – e seus órgãos de soberania – a decisão para acertarem numa definição concreta do rumo a seguir e pôr, de vez, termo ao impasse do desenvolvimento da educação neste país rumo ao fortalecimento e sustentabilidade da soberania e da sua identidade nacional cultural. Uma decisão com firmeza e de consciência profunda sobre o futuro desta terra, a terra de santa cruz, um solo sagrado, Timor-Leste vai abraçar horizontes certos e definidos nos seus caminhos a seguir. Os que sacrificaram a vida por ela assim o exigem!

DESAFIOS À EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Timor-Leste como país nascente, Estado – Nação do milénio, não está isolado dos grandes processos de desenvolvimento técnico e intelectuais que diretamente afetam esta nova era. Uma era da maior intervenção técnica e tecnológica em que exige dos estados e governos, maior atenção no plano da ações viradas ao desenvolvimento integrado e integral da própria sociedade, sem marginalizar os princípios de uma boa política educativa que aborde as necessidades da inovação, de transformações inovadoras mas que continuem a assegurar a parte integral e humana na educação para melhor dar sentido a uma integração dos valores na vivência de um mundo que está a ser cada vez mais descarado por inúmeros desafios com tendências a arruinar a própria sociedade.

No plano estratégico do desenvolvimento nacional de Timor-Leste afirma que *“a educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida do nosso povo para o ajudar a concretizar todo o seu potencial. São também vitais para o crescimento e desenvolvimento económico de TimorLeste. A nossa visão é de que todas as crianças timorenses devem ir à escola e receber uma educação de qualidade que lhes dê os conhecimentos e as qualificações que lhes permitam virem a ter vidas saudáveis e produtivas, contribuindo de forma activa para o desenvolvimento da Nação”*¹. É neste sentido que devemos percorrer os nossos caminhos e decidir com afirmação as nossas políticas que garantem sucessos na nossa missão de educar e formar a nossa sociedade timorense, deste modo, permitindo a construção de uma sociedade sã e justa no futuro. É possível compreender a necessidade urgente que existe em capacitarmos a nossa sociedade para um mercado de trabalho extremamente competitivo e excludente, e certamente, a educação é o único meio capaz de construir uma sociedade de indivíduos conscientes e competentes, que valorizam e respeitam o seu semelhante e a vida de uma forma geral, como também, que estejam aptos a exercerem neste mercado de trabalho, um papel atuante e relevante, possibilitando assim, tornarem-se indivíduos que possuem, não apenas valores técnico-profissionais, mais acima de tudo, que sejam humanizados.

Os desafios mais urgentes na área da educação está no primeiro plano a necessidade de contínua capacitação dos professores. Os professores são os motores centrais na área da educação. Podemos ter infra-estruturas de luxo no campo da educação, mas, que valor têm se elas não o equilibrem com cérebros de educadores bem instalados para prosseguir o objetivo central da educação, isto é educar, formar e transformar a sociedade educativa em vista a um futuro certo. Consequentemente, investimento na formação e capacitação dos professores são de relevância imperativa, e é uma situação “sine quo non” se queremos apostar na diferença na geração a seguir. Temos que investir seriamente e progressivamente na qualidade dos professores no quadro das competências básicas, a pedagogia e metodologia, conhecimentos científicos, conhecimentos de línguas oficiais e ética profissional de docência. Encarando as realidades contextuais e as exi-

¹ Timor-Leste, Plano estratégico de desenvolvimento, 2011-2030, p. 14.

gências hodiernas do mundo da educação, Timor-Leste deve avançar com passos seguros na definição das políticas educativas para garantir que a educação oferecida aos seus filhos verdadeiramente reflete condições para o fortalecimento de uma geração futura apta aos desafios que as realidades atuais assim o oferecem.

CONCLUSÃO

Idêntico aos outros países no globo, Timor-Leste, atravessou várias experiências duras do domínio colonial e ocupações estrangeiras, que caracterizava as suas jornadas políticas até à sua conquista do Estado – Nação já no primeiro século do milénio. A educação sempre foi caracterizada com as políticas exercidas durante o período colonial como também da ocupação indonésia em quase um quarto centenário das suas bases instaladas no território timorense. Vários períodos como tenho colocado anteriormente neste texto deixou rastros na estrutura educativa em Timor-Leste.

Timor-Leste, país de tamanho pequeno localizado no sudeste asiático, situa-se entre dois gigantescos países como a Austrália e a Indonésia, deve continuar a promover as bases da sua identidade; uma identidade formulada ao longo da história no cruzamento de culturas luso-timorenses pelo que deu raízes ao dinamismo da fé e da língua, e que hoje em dia é reconhecido como um país maioritariamente católico na Ásia. A interação de Timor-Leste dentro do espaço da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa estabelece laços mais fortes com os mesmos, tendo oferecido também facilidades na mobilidade dentro do espaço europeu. O futuro de Timor-Leste está bem refletida neste espaço. Por isso a educação em Timor-Leste, hoje em dia, deve tornar-se um elemento decisivo neste momento, uma vez e para sempre, firmados na consciência comum partindo da comunhão histórica, e das realidades que este povo tem vivido e lutado até hoje para conquistar este salutar objetivo, libertação da Pátria e libertação do Povo.